O ensino e a valorização profissional do jornalismo em portugal (1940/1974)

Education and Professional Valorisation of Journalism in Portugal (1940/1974)

Fernando Correia e Carla Baptista

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/cultura/3308>

DOI: 10.4000/cultura.3308

ISSN: 2183-2021

Editora

Centro de História da Cultura

Edição impressa

Data de publicação: 1 janeiro 2005

Paginação: 233-256

ISSN: 0870-4546

Referência eletrónica

Fernando Correia e Carla Baptista, « O ensino e a valorização profissional do jornalismo em portugal (1940/1974) », *Cultura* [Online], vol. 21 | 2005, posto online no dia 22 março 2018, consultado a 24 setembro 2019. URL : <http://journals.openedition.org/cultura/3308> ; DOI : 10.4000/cultura.3308

Este documento foi criado de forma automática no dia 24 setembro 2019.

© CHAM — Centro de Humanidades / Centre for the Humanities

O ensino e a valorização profissional do jornalismo em Portugal (1940/1974)

Education and Professional Valorisation of Journalism in Portugal (1940/1974)

Fernando Correia e Carla Baptista

1. I Curso de Jornalismo de 1968/69

- 1 Uma iniciativa "útil e oportuna". Foi assim que a separata *Jornalismo*,¹ editada pelo Sindicato Nacional dos Jornalistas (SNJ), se referiu à inauguração do I Curso de Jornalismo, no dia 21 de Novembro de 1968. As aulas iniciaram-se pouco depois, a 25 de Novembro, na sede do Sindicato Nacional dos Caixeiros, que cedeu o seu "vasto salão" para albergar os cerca de 200 inscritos.
- 2 Ao fim de 28 anos de reivindicações, "após porfiadas e várias tentativas infrutíferas",² o SNJ conseguia, por fim, o seu intento: realizar um curso de jornalismo, com a duração de quatro meses, quatro dias por semana, em horário pós-laboral, com duas sessões de 50 minutos cada.
- 3 Embora de gestação muito lenta, o curso foi um sucesso. Em carta³ dirigida aos directores dos jornais diários de Lisboa e do Porto, a quem solicitava um depoimento sobre "as vantagens ou desvantagens do curso para arquivar nas colunas do nosso boletim, Nuno Rocha, responsável por aquela publicação, descrevia assim o evento: "o êxito da iniciativa excedeu as expectativas do sindicato e exprime-se no número de adesões: estão inscritos mais de duas centenas de sócios do organismo (160 em Lisboa e no Porto) e algumas dezenas de universitários".
- 4 No dia 14 de Novembro de 1968, a poucos dias, portanto, do início das aulas, um oficial do SNJ fazia o balanço dos inscritos. De um total de 160 inscrições, 48 eram de profissionais e 112 de não jornalistas, designados por particulares. Dos profissionais, 47

eram homens e apenas uma era mulher;⁴ dos particulares, 87 eram do sexo masculino e 27 do sexo feminino.

2. Mesas redondas no Sindicato Nacional dos Jornalistas

- 5 A ideia de lançar o I Curso de Jornalismo era já antiga mas começou a fervilhar com maior intensidade durante a realização, entre 12 de Junho e 24 de Julho de 1967, na sede do SNJ, de uma série de mesas redondas dedicadas à temática da "situação do jornalista profissional português", organizadas conjuntamente com a Casa de Imprensa.
- 6 Os quatro debates, destinados a "elucidar a direcção do Sindicato quanto ao pensamento da classe acerca dos seus problemas",⁵ contaram com intervenções dos jornalistas César Afonso, sobre formação profissional; Manuel de Azevedo, que se ocupou da posição social do jornalista; José Carneiro da Costa Carvalho, que falou da remuneração material e Leopoldo Nunes, que tratou da deontologia profissional.
- 7 César Afonso resumiu as principais dificuldades: "salários irrisórios, que obriga a maioria a procurar fora da profissão o complemento necessário para se manter dignamente; burocratização da informação que deu como resultado a burocratização do noticiário, tornando-se geral o recurso ao corte e cola; falta de cultura de base e de especialização".⁶
- 8 O SNJ levou a sério uma das recomendações saídas destas mesas redondas: "promover, imediatamente, a realização de cursos de formação e aperfeiçoamento destinados aos jornalistas profissionais e organizados, tanto quanto possível, por jornalistas".⁷
- 9 Foi nomeada uma comissão formada por César Afonso, José Manuel Pereira da Costa (presidente do SNJ), Manuel de Azevedo e José Rodrigo da Costa Carvalho, que logo começou a trabalhar no sentido de desenhar o esquema do curso e encontrar o financiamento necessário.
- 10 Num ofício enviado aos sócios, o projecto do futuro curso é apresentado da seguinte forma: "As lições serão seguidas de debate. Resolveu-se que este curso não será anunciado na imprensa e será limitado, tanto quanto possível, a jornalistas profissionais".⁸
- 11 Os participantes pagariam uma pequena inscrição recebendo, no final, as lições impressas. Estava previsto que o curso decorresse na sede do sindicato, durante três meses.
- 12 O tema geral era "A informação e as suas técnicas" e tinha um carácter eminentemente técnico, sendo leccionado por jornalistas: Redondo Júnior (Como se faz uma notícia); Urbano Carrasco (Processos de fazer uma reportagem); José de Freitas (O interesse da entrevista no jornal); Urbano Tavares Rodrigues (Como se faz uma entrevista); Dutra Faria (A informação que o jornal recebe); Fernando Teixeira (A informação que o jornal procura); Pinto Bastos (As fontes de informação); Manuel Rodrigues (As fontes que o jornal utiliza no noticiário internacional); Ayala Monteiro (Artigo e comentário); Manuela de Azevedo (O papel do crítico); Nuno Vieira (Título, gravura, legenda); César Afonso (O jornal perante os outros órgãos de informação) e José Tengarrinha (A Imprensa e a publicidade).

- 13 Em Julho de 1968, o projecto já tinha evoluído para um formato diferente: contemplaria aulas teóricas e práticas e, apesar de se destinar essencialmente ao aperfeiçoamento e formação profissional dos sócios do SNJ, ficava também "aberto aos que desejem iniciar-se na profissão".⁹
- 14 Ganhou força uma pretensão anterior, igualmente expressa pelos sócios durante a realização das referidas mesas redondas: que o Sindicato estudasse "a criação de uma escola de Jornalismo, pois se reconhece como indiscutível a sua vantagem".
- 15 O modelo adoptado, um curso de quatro meses, com aulas de ensino geral e de teoria e prática da informação, seguiu uma orientação claramente pré-universitária. As matérias e respectivos professores incluíram Língua Portuguesa (José Manuel Tavares); História Contemporânea (Joel Serrão); Doutrinas Filosóficas (Luís Ardisson Pereira); Direito (Nogueira de Brito); Economia (Xavier Pintado); História da Imprensa (José Manuel Tengarrinha); A Comunicação e os seus Meios (Navarro de Andrade); Prática da Comunicação (João Gomes); Sociologia da Comunicação (José Júlio Gonçalves); Técnicas Gráficas (Vitor da Silva); Panorâmica da Imprensa Estrangeira e Análise de Conteúdo (José Lechner).
- 16 A maioria dos formadores eram professores universitários e liceais. Apenas dois (João Gomes e José Lechner) eram jornalistas, recém-licenciados pela Escola Superior de Jornalismo de Lille, em França. O curso contemplou ainda várias palestras, a título de aulas extraordinárias, incluindo de estrangeiros.
- 17 Os jornalistas beneficiaram de prioridade e desconto na inscrição, pagando apenas metade (duas prestações de 300\$00) do total da propina (duas prestações de 600\$00), "que se destinam às despesas com as sebtas das lições".¹⁰
- 18 Os candidatos não jornalistas deviam possuir o 7º ano dos liceus e ficaram sujeitos a uma selecção, devido à enorme afluência de interessados. No final, foi concedido um diploma, meramente indicativo, aqueles que realizaram um exame.
- 19 A enchente de candidatos obrigou a criar uma modalidade por correspondência, para os que estavam impedidos de assistir às lições por se encontrarem fora de Lisboa, e acabou por complicar a organização do curso. A logística tomou-se complexa, obrigando a pedir ao Sindicato dos Caixeiros a cedência das instalações e perdeu-se a ligação mais estreita com o meio profissional.
- 20 João Gomes, um dos dois jornalistas/professores, confessou ao *Diário Popular* as dificuldades em lidar com uma audiência tão heterogénea, onde existiam jornalistas, bancários, uma hospedeira da TAP, um comissário de bordo, funcionários públicos, empregados de escritório, estudantes universitários, tradutores, oficiais milicianos, um padre, advogados, um controlador de tráfego aéreo, um meteorologista, um profissional de hotelaria, engenheiros, bibliotecários: "Devia haver cursos para os não profissionais e, para os jornalistas, estágios adaptados a pessoas que já exercem a profissão. Os não profissionais estão ávidos de conhecimentos práticos que não podem ministrar-se num curso em que já estão profissionais, pois esses conhecimentos – rudimentares – são de todos estes por demais conhecidos".¹¹
- 21 Outra consequência importante foi o endividamento do SNJ. Apesar de ter obtido do Ministério das Corporações e da Previdência Social¹² um subsídio de 100 000\$00, ao abrigo do Fundo para o Desenvolvimento da Mão de Obra, as despesas previstas pelo SNJ, ainda em Julho, antes do número de inscrições ter disparado, foram calculadas em 200 600\$00.¹³

- 22 Em Março, o SNJ apelou a José Azeredo Perdigão, administrador da Fundação Gulbenkian:¹⁴ "Devido à inesperada amplitude tomada pelo curso, vê-se agora este sindicato perante a perspectiva de não poder prosseguir, pois a verba de cem mil escudos concedida pelo Ministério das Corporações esgota-se, sendo necessário renová-la ou interromper o curso em meio".¹⁵
- 23 Mas foi o Ministério das Corporações que acabou por responder positivamente e com celeridade à carta em que a direcção expunha as suas razões: "A direcção deste sindicato vê-se a braços com um deficit de 40 000\$00 pois a verba que Vossa Excelência tão generosamente nos concedeu ficou muito aquém das despesas que tivemos de enfrentar. É pois a Vossa Excelência que mais uma vez nos dirigimos, no sentido de nos ser atribuído um subsídio suplementar para compensar o referido deficit.".¹⁶
- 24 Apenas um dia depois, o ministro Gonçalves Proença autorizou a atribuição de "mais um subsídio de 40 000\$00 para despesas extraordinárias".¹⁷
- 25 No solene discurso da sessão de abertura, aquele responsável, secundado pelo secretário de Estado da Informação, César Moreira Baptista, afirmou-se "convencido que se trata apenas de uma primeira experiência susceptível de facilitar o lançamento de uma iniciativa que verdadeiramente interessa à formação dos jornalistas: a criação entre nós de um órgão que a tal formação se destine por forma institucionalizada e permanente".¹⁸
- 26 Também o presidente do sindicato, no seu discurso inaugural, aludiu a essa lacuna "incompreensível, injustificável e inadmissível. Falo, evidentemente, da ausência de uma escola de Jornalismo". Pereira da Costa referiu-se um dado novo que tornava ainda mais premente a necessidade de uma tal escola: "O amadorismo e o empirismo, factores dominantes num género de jornalismo até à data recente observado entre nós, desaparecem rapidamente da imprensa. O jornalista português (uma informação: vinte por cento dos profissionais admitidos nos últimos dois anos são universitários) atingiu maioria bem patente no progresso dos principais órgãos de informação. Ninguém acredita hoje que o talento e uma experiência mais ou menos profunda sejam suficientes para o profissional desempenhar cabalmente a missão que lhe incumbe".¹⁹
- 27 No âmbito da cobertura jornalística da sessão final, a *Vida Mundial* publicou o seguinte balanço: "Escolas, prática, melhor formação, nada disto bastará para um melhor jornalismo: para tal precisa o profissional de liberdade. Liberdade para aceder a toda a informação, liberdade para a dar, liberdade para assumir a responsabilidade que lhe cabe, como homem, como jornalista".²⁰
- 28 E a Censura, desta vez, não cortou.

3. Primeira tentativa de realizar um Curso de Formação Jornalística em 1941

- 29 O desejo de promover um curso de jornalismo datava já dos anos 40. No dia 8 de Fevereiro de 1941, Luís Teixeira, então presidente da Comissão Administrativa do Sindicato, entregou ao subsecretário de Estado da Educação Nacional o texto do projecto do Curso de Formação Jornalística (CFJ), que veio publicada no número I do Boletim do SNJ, de Maio de 1941.

- 30 No boletim *Jornalismo* número 8, de Novembro de 1968, o SNJ voltou a publicar esse texto, em jeito de homenagem irónica, escrevendo que "essa tentativa de valorização profissional dos jornalistas não encontrou então o apoio necessário junto das entidades oficiais – situação que se mantém, decorridos 28 anos".²¹
- 31 A proposta liderada por Luís Teixeira era já muito consistente e bem estruturada. Prova disso é que o curso de 1968/69 retomou grande parte da sua formulação, embora com alterações.
- 32 O objectivo do Curso de Formação Jornalística (CFJ) era "preparar, através de ensino teórico e prático, o exercício da profissão de jornalista".²²
- 33 No projecto apresentado ao subsecretário de Estado da Educação Nacional, Luís Teixeira enuncia os objectivos da criação daquele curso: "promover a valorização profissional dos jornalistas; elevar o nível de cultura até aos limites exigidos pela missão que desempenham na vida portuguesa e dignificação da imprensa no nosso país".²³
- 34 Justificando a necessidade da iniciativa, argumenta da seguinte forma: "O recrutamento do pessoal dos quadros redactoriais dos nossos diários faz-se por tentativas de experiência, incertas e pouco seguras nos seus resultados. A carreira profissional do jornalista começa com base em indícios nítidos de vocação e tendência natural e desenvolve-se sempre ao sabor da revelação de espontâneas qualidades pessoais. Falta o encaminhamento necessário que oriente e aproveite para uma finalidade justa o esforço do autodidacta que faz do jornalismo o seu modo de vida".²⁴
- 35 O CFJ foi uma tentativa (falhada) de orientar e sistematizar a vocação e o autodidactismo que, até aí e durante muitos anos vindouros, funcionaram como habilitação principal para o exercício da profissão, colocando os candidatos a jornalistas na dependência de juízos muitas vezes arbitrários, fruto das suas melhores ou piores relações pessoais dentro do meio profissional.
- 36 Foi também reveladora de um desejo de promoção intelectual da profissão, dotando-a de um conjunto de conhecimentos bastante exigente, como veremos adiante, e reconhecendo-lhe competências específicas, nomeadamente a capacidade de seleccionar o mais relevante *segundo critérios jornalísticos* e de narrar essas escolhas usando as regras da linguagem jornalística.
- 37 O articulado do projecto de criação do CFJ estipulava que se podiam inscrever, "até ao limite de 30 anualmente, os indivíduos de nacionalidade portuguesa que pretendam dedicar-se ao profissionalismo jornalístico, desde que possuam as habilitações mínimas equivalentes ao 5º ano dos liceus ou que, por certidão passada pelo SNJ, provem exercer a profissão há mais de um ano".
- 38 O curso compunha-se de cadeiras teóricas, conferências livres e exercícios práticos, estando igualmente previstas visitas de estudo às redacções e oficinas gráficas mais importantes.
- 39 Sete cadeiras completavam a bagagem teórica do curso, que se deveria estender por dois anos: "A formação profissional do jornalista", "A educação política e histórica do jornalista", "Os estados modernos e o direito internacional público", "Os grandes problemas económicos actuais", "História geral da Imprensa", "Formação e evolução do jornalismo profissional em Portugal" e "Legislação da Imprensa".
- 40 Os exercícios práticos, reservados para o segundo ano, tinham por fim "iniciar os alunos na vida profissional, proporcionando-lhes os conhecimentos basilares das

línguas portuguesa e francesa e de estenografia e, através de cursos de aplicação, orientando-os nas modalidades da actividade jornalística".²⁵

- 41 O CFJ tentava reunir académicos e profissionais em torno de uma ideia bastante alargada das competências que um jornalista deveria possuir: por um lado, uma sólida cultura geral; por outro, conhecimentos de géneros jornalísticos e de técnicas de redacção, bem como dos aspectos práticos ligados à elaboração dos jornais, incluindo artes gráficas.
- 42 A *finis* dos profissionais ligados aos principais jornais fazia parte do rol de professores convidados a ministrar, em 30 lições bissemanais, a disciplina de Formação Profissional do Jornalista. Nomes como Acúrsio Pereira, chefe de redacção de "O Século"; Aprígio Mafra e Jaime Leitão, respectivamente chefe e sub-chefe de redacção do "Diário de Notícias" e Norberto Lopes, chefe de redacção do "Diário de Lisboa", figuravam ao lado de outros como Abel Moutinho, chefe dos Serviços de Propaganda e Províncias do "Diário de Notícias", Norberto de Araújo, Braz de Medeiros, administrador do "Diário Popular", Augusto de Castro, director do "Diário de Notícias" e o próprio António Ferro.
- 43 O descritivo desta disciplina reflecte bem o ambiente fabril que se vivia nos grandes jornais nacionais, leia-se, de Lisboa e do Porto, com uma rígida compartimentação das tarefas e uma relativa estabilização dos géneros jornalísticos em torno de fórmulas vigorosas.
- 44 Depois de uma introdução sobre o papel da imprensa na sociedade moderna, os alunos avançavam para a organização técnica geral, incluindo as funções do chefe de redacção, do redactor e do repórter; familiarizavam-se com os vários departamentos existentes dentro da empresa, como a secretaria de redacção, os serviços de informação no estrangeiro e os serviços de informação geral e, finalmente, aprendiam a técnica profissional. Este ponto incluía: paginação, provas emendadas, títulos, medida do interesse do assunto jornalístico em referência ao relevo que o seu registo deve ter. Arquivo. A Primeira Página. As "últimas notícias".
- 45 É curioso ver como dois aspectos centrais do exercício da profissão durante os anos 40 e que se prolongaram até muito mais tarde, se reflectem nestes itens: por um lado, o peso das rotinas produtivas (um vai e vem de provas entre os vários membros do processo, que incluía redactores, chefias de redacção, linotipistas, tipógrafos e censores); por outro, a importância do desenho (manual) do jornal, que transformava a tipografia num sector absolutamente central na feitura das publicações.
- 46 Estava previsto que os alunos que viessem a frequentar o CFJ aprendessem os "limites da reportagem; a crónica sangrenta; a notícia falsa; a crónica dos tribunais e recursos de improvisação",²⁶ bem como os vários tipos de crítica, desde a teatral, passando pela musical, cinematográfica, literária, desportiva e de artes plásticas. Os nomes dos professores convidados são bem ilustrativos da importância que este género assumia nos jornais da altura, funcionando como um escape para o espartilho da censura. Luís de Freitas Branco, crítico musical, Diogo de Macedo, crítico de Artes Plásticas, Ricardo Ornelas, crítico desportivo, Eduardo Scarlati, crítico teatral ou António Lopes Ribeiro, crítico cinematográfico, não só eram já profissionais reconhecidos, como colaboravam regularmente com vários jornais, assinando texto de opinião.

- 47 Os exercícios práticos de jornalismo, designados por "cursos de aplicação", deviam incidir sobre géneros como a reportagem, a entrevista, o editorial, a crónica, os inquéritos, a biografia, os ecos e a secção de Cidade.
- 48 Trata-se de uma divisão que reflecte o horizonte de expressão existente nos jornais: o editorial era um género importante, que vinculava fortemente a posição do jornal e sedimentava a sua identidade; as pequenas notícias da Cidade mereciam uma secção, das poucas claramente definidas como tal nesta altura; ecos, biografias e crónicas resultavam da inspiração no modelo jornalístico francês; reportagens e entrevistas eram bastante raras mas, todavia, apreciadas e valorizadas como géneros jornalísticos reservados aos mais credíveis e talentosos na profissão.
- 49 Acabou tudo por ficar "em águas de bacalhau". Só duas décadas depois, em 1962, o assunto voltou ao debate público, com a realização, no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, de uma série de palestras dedicadas a temas ligados à comunicação que, novamente, pretenderam funcionar como embrião para um futuro curso de jornalismo.

4. Conferências no Instituto de Estudos Ultramarinos em 1962

- 50 Durante o período que nos ocupa não é fácil encontrar livros ou conjuntos de textos editados de natureza teórica sobre jornalismo. Se, por motivos óbvios, isto se compreende em relação a autores pertencentes à oposição, a verdade é que igualmente se aplica aos que estavam do lado do regime, o que parece dar razão aos que defendem o desinteresse do fascismo português pela imprensa, ou pelo menos o seu entendimento de que os jornais, não obstante terem um papel a desempenhar no controlo da opinião pública, estavam longe de exercer a importante função de propaganda e promoção do regime que – a par de outros meios – lhes era atribuída pelo nazismo e pelo fascismo italiano.
- 51 Revela-se por isso de particular interesse a edição pela Junta de Investigação do Ultramar, na sua colecção de "Estudos de Ciências Políticas e Sociais", de um volume de 200 páginas intitulado *Curso de Jornalismo*,²⁷ onde se reúnem os textos de um conjunto de conferências promovido pelo Instituto Superior de Estudos Ultramarinos em 1962 e patrocinado pelo Centro de Estudos Políticos e Sociais da referida Junta.
- 52 O director do Instituto e do Centro era o então ministro do Ultramar, Adriano Moreira, o qual, segundo A. da Silva Rego nas "Palavras de Abertura" ao volume, "já há anos vinha manifestando o desejo da possível organização dum curso deste género, destinado a chamar a atenção do público em geral para os problemas da imprensa". Silva Rego afirma ainda supor ser o primeiro curso com esta temática a realizar-se em Portugal, e lembra outro facto inovador, a crédito do mesmo inspirador tutelar, que foi a introdução, na última reforma de estudos do Instituto, de uma cadeira de Sociologia da Informação.
- 53 Estes elementos são importantes para a contextualização não só da realização do curso – ou, mais modestamente, do ciclo de conferências²⁸ – mas também para a edição do livro e mesmo, como veremos, para algumas das posições defendidas pelos palestrantes, que apesar da pertença, na maioria dos casos em cargos de responsabilidade, a órgãos de informação do regime ou próximos dele, não se coibiram, por vezes, de afirmações que não podemos deixar de considerar algo surpreendentes, vindas de quem vinham.

- 54 E quem eram e sobre que falaram eles? Pela ordem em que figuram na publicação, e tal como são apresentados, temos Pedro Correia Marques, director de *A Voz*, "Técnicas de direcção, edição e preparação de jornais"; Prof. Doutor Jacinto Ferreira, director de *O Debate*, "Órgãos de opinião e órgãos de informação"; Dr. Barradas de Oliveira, director do *Diário da Manhã*, "Ética e responsabilidade no jornalismo"; João Coito, do *Diário de Notícias*, "Tendências actuais da imprensa"; Doutor Almerindo Leça, director da *Semana Médica*, "A imprensa científica"; Adolfo Simões Muller, director dos jornais infantis *Zorro* e *João Ratão*; Trabucho Alexandre, chefe de redacção do *Diário Ilustrado*, "Métodos e problemas do jornalismo desportivo"; Eng.º Silva Dias, director dos Serviços de Programas da Emissora Nacional, "Técnicas de jornalismo falado"; Monsenhor António Avelino Gonçalves, director do diário *Novidades*, "Algumas considerações sobre o regime jurídico da imprensa"; Eng.º Barradas da Silva, director-geral da Radiotelevisão Portuguesa, "O jornalismo e os modernos meios audiovisuais".
- 55 Na maneira como é abordada pelos conferencistas, directa ou indirectamente, a concepção das funções do jornalismo, podemos descortinar duas tendências, cuja existência reflecte o período de transição vivido neste início da década de 60 em Portugal. Por um lado a *orientação*, enraizada na imprensa doutrinária do início do século XIX, e cujos resquícios se mostravam, e mostrariam, ainda bem vivos nos *fundos* (artigos de opinião publicados na primeira página); por outro, a *informação*, com origens na segunda metade desse século mas que nesta década dava sinais de revitalização.
- 56 Nas palavras, por exemplo, de Jacinto Ferreira,²⁹ existem dois tipos de órgãos: o de opinião, cuja "finalidade fundamental consiste em difundir um conjunto de princípios religiosos, morais, políticos, etc., e fazer deles a máxima propaganda possível", e o de informação, que "movido apenas pela intenção do lucro, do negócio, se estabelece como uma indústria, procurando vender cada vez mais papel impresso, isto é, aumentar a sua tiragem".
- 57 Adivinha-se na forma como esta distinção é formulada uma mal disfarçada desvalorização do jornalismo de informação, reforçada pelo elogio feito aos escritores e intelectuais do século XIX que escreveram para a imprensa, esses sim, "autênticos jornalistas",³⁰ segundo a definição de Sainte-Beuve retomada pelo autor:
- 58 "Não se pode chamar jornalista a qualquer homem que escreve em jornais. O verdadeiro jornalista é só aquele que está habilitado, pelo seu saber, pela sua arte, pelos seus dotes de escritor, pela sua cultura enfim, a tratar e a desenvolver prontamente qualquer assunto, qualquer caso, qualquer questão, seja de que natureza for, que porventura surja na tela do debate". Para o director de *O Debate*, "o público é o grande intoxicado pelo veneno noticioso dos casos de rua e das agências", é "o *assíduo leitor*, que as empresas dos jornais de informação deseducam e desvirilizam com a sua prosa anónima e neutralista, com receio de lhe serem desagradáveis e perderem a venda".³¹
- 59 Revela-se nesta apreciação ao jornalismo de informação uma crítica a um certo tipo de sensacionalismo que se compreende por parte do autor, responsável por um órgão doutrinário identificado com a hierarquia da Igreja Católica, cuja aliança com o salazarismo era ostensiva. Mas, ainda que noutras passagens da sua palestra Jacinto Ferreira, como adiante veremos, mostre compreender que algo de novo estava a acontecer no jornalismo português, é possível descortinar na sua posição a defesa de uma imprensa não só, por um lado, ciosa de não se afastar das velhas tradições do velho jornalismo doutrinário, mas também, simultaneamente, de manter uma certa distancia

em relação às realidades concretas do dia a dia, pouco condizentes com as apregoadas vantagens para o povo da política do regime.

- 60 Posição esta que a valorização durante a década de 60 de géneros como a reportagem – que perdera força com a implantação da Censura, primeiro em 1926 e depois, com redobrado poder, a partir de 1933 – vem, precisamente, pôr em causa. Não significando isto que durante esse período não tivessem existido alguns grandes repórteres, como foi o caso de José de Freitas ou de Urbano Carrasco (o primeiro, simpatizante do comunismo, o segundo, próximo do salazarismo), que para a jovem geração surgida nos fins dos anos 50 constituíam exemplo e fonte inspiradora.
- 61 Opinião diferente da de Jacinto Ferreira tinha João Coito, nascido e criado como jornalista num *Diário de Notícias* que, independentemente da sua natureza de órgão oficioso do regime (o órgão oficial, o *Diário da Manhã*, era jornalisticamente muito pobre e pouco ambicioso), ostentava uma prosperidade e uma capacidade de concorrência que faziam dele um dos mais importantes e influentes matutinos nacionais. Ao lê-lo sobre "as tendências actuais da imprensa" deparamos com uma caracterização que se distancia claramente do jornalismo do passado e mostra como neste período se assiste já a uma teorização e a uma prática que têm muito a ver com o jornalismo que se desenvolveria nas décadas seguintes. Nessas tendências ele inclui a "concisão", a "objectividade", a "velocidade" e a "clareza".
- 62 Escreve João Coito: "O desejo de ser conciso não prejudica a riqueza e a objectividade do relato jornalístico, da informação. O instinto do jornalista melhora quando ele é obrigado a escrever dentro das medidas exigidas pelo espaço. O limite certo obriga-o a esquematizar as ideias e os factos. Muitas vezes temos de escrever contra relógio e não nos sobra tempo para uma revisão cuidada ou para o corte das palavras inúteis: não temos tempo de ser breves".³²
- 63 Nesta altura colocavam-se já, de forma evidente, os constrangimentos resultantes não só da pressão da falta de tempo para cumprir os horários apertados inerentes à fabricação de um diário, mas também a necessidade, imposta pela paginação, de limitar os textos a determinados espaços – ainda que isto sem prejuízo de, em determinadas circunstâncias, se pedir ao jornalista que *estendesse* a prosa, de modo a encher o espaço deixado livre por ausência de outras notícias ou de publicidade.
- 64 No contexto invocado, a referência de João Coito à "objectividade" assume um significado preciso: trata-se de contrapor a objectividade aos "tempos em que a informação era emoldurada em estilo pretensioso, pintada e repintada, de modo que o trágico se diluísse em cores de romantismo e o imoral quase se desculpassem de ser imoral".³³
- 65 Era o dobre de finados do velho jornalismo, que já não correspondia às exigências do novo tipo de leitor que entretanto se ia consolidando na sociedade portuguesa: "O público de hoje não tem tempo de ler. Os nossos avós que liam as gazetas de fio a pavio, incluindo os anúncios (aliás um magnífico panorama da vida social), já há muito que rezam por nós junto de Deus. A vida de hoje é velocidade e vertigem. O nosso tempo está ocupado por mil obrigações e outras tantas diversões. O leitor de hoje é apressado. Lê os títulos. Quer mastigada em poucas linhas a notícia mais sensacional".³⁴
- 66 Mas a objectividade levanta um problema a que João Coito chama "de natureza moral", mas que, no fundo, tem a ver com a deontologia – termo que, na altura, não entrara ainda no vocabulário das salas de redacção. Interroga ele: "Todas as informações devem

ser publicadas, mesmo as que ofendam os costumes e a moral pública, mesmo as que influam perigosamente, pelo contágio que possam exercer na conduta social do leitor?"³⁵ A resposta é clara: "Se os factos são sagrados, todos os factos devem ser publicados, e deverão lê-lo desde que interessem verdadeiramente ao leitor e possam contribuir para que ele conheça o seu tempo e a sociedade em que vive. Não há facto imoral em si mesmo, mas pode ser imoral o modo de o relatar ao público."³⁶

- 67 Não há, pois, limites temáticos para as abordagens jornalísticas – o que implica, obviamente, uma tomada de posição perante a Censura, a que mais à frente faremos referência. O que é preciso evitar são os exageros: "Nem oito nem oitenta. Nem uma sociedade apresentada como um covil de ladrões e assassinos, nem uma sociedade constituída por anjos e querubins. O pecado é excepção, mas a excepção é notícia".³⁷
- 68 A terceira tendência retida por João Coito é a "velocidade" na transmissão da informação, passando por cima da necessária fase da confirmação das fontes. A causa apontada não difere da que ainda hoje é invocada: "Não devemos esquecer que os jornais são empresas comerciais. Esta ânsia de levar mais depressa a notícia ao leitor do que o jornal do vizinho é responsável por muitos erros lamentáveis".³⁸
- 69 Finalmente, o jornalista do *Diário de Notícias* aponta o "estilo simples, claro e acessível" necessário à transmissão de uma informação, tendo ela que "ser redigida em termos que todos compreendam, sem o recurso de palavras rebuscadas que possam comprometer a sua autenticidade. É uma espécie de código, de conjunto de normas a que todos quantos trabalham dentro da informação se devem submeter".³⁹
- 70 Conclui João Coito que "não é fácil escrever para um jornal. É uma qualidade inata e um jeito adquirido pela prática das redacções".⁴⁰ Nas suas palavras finais percebe-se a intenção de afirmar a identidade própria da profissão, perante uma sociedade e um poder que não conferiam aos jornalistas a importância e a dignidade compatíveis com a sua função social. Os jornalistas, mesmo os que estavam próximos e trabalhavam na imprensa afectada ao regime, estavam longe de ter um estatuto social de recorte elitista.
- 71 Na concepção destes jornalistas, de que João Coito surge aqui como um exemplo, não haveria, no fundo, uma contraposição entre "orientação" e "informação". Tratava-se, sim, de tentar mostrar ao poder político que não se podiam ignorar as novas exigências postas ao jornalismo pela evolução social – que muitos, neste início dos anos 60, "na hora que vivemos, que é a hora do ultramar",⁴¹ viam mais como uma ameaçadora convulsão. As palavras finais da palestra de João Coito são esclarecedoras: "Dêem aos jornalistas todos os meios e exija-se-lhes depois. Eles dão tudo! Quase nada receberam ou recebem. Uma sociedade civilizada não pode descurar capítulo tão fundamental como este da orientação da opinião pública pela informação".⁴²

5. Curso de Iniciação Jornalística do Diário Popular em 1966 - uma iniciativa inovadora

- 72 Realizado Abril e Maio de 1966, o I Curso de Iniciação Jornalística do "D.P." foi a primeira iniciativa deste tipo realizada em Portugal. A análise da documentação que lhe deu suporte (objectivos, condições de acesso, plano curricular, corpo docente) dá-nos uma ideia precisa de diversos aspectos relativos à situação do jornalismo nestes meados da década e, nomeadamente, das necessidades e exigências sentidas e apontadas, no

plano jornalístico, por aquela que era considerada, principalmente desde o início dos anos 60, uma das empresas mais modernas e dinâmicas do sector.

- 73 Segundo um documento dactilografado e disponibilizado aos interessados na frequência do curso, este "destina-se essencialmente a resolver o problema do recrutamento de jornalistas para o próprio jornal", e isto devido a duas ordens de razões: "ser difícil encontrar, noutros órgãos de informação, jornalistas profissionais que correspondam aos requisitos, de ordem vária, exigidos pelo *Diário Popular*"; e "ser arriscado admitir jovens sem qualquer experiência, os quais, apesar da sua boa vontade, não possuem a bagagem mínima de conhecimentos especializados, indispensáveis a quem principia a trabalhar na Redacção de um grande jornal".
- 74 Era particularmente a estes últimos que o curso de pretendia dirigir, "na convicção de que, no jornalismo como em qualquer outra profissão, para além dos aspectos vocacionais, é necessária uma aprendizagem técnica e cultural".
- 75 Partindo destes objectivos, o curso foi construído tendo em conta duas vertentes essenciais:
- 76 – Uma I Parte, com 15 dias de aulas, dedicada à imprensa em geral: "A Imprensa como actividade sócio-cultural e profissional, nas suas relações, mais ou menos íntimas, com outras realidades: a Opinião Pública, e os Governantes, a Economia e a Política, a Psicologia e a Sociologia, o Indivíduo e as Colectividades, etc."
- 77 – Uma II Parte, com 5 dias de aulas, dedicada ao *Diário Popular*: "sua história, suas características, seus objectivos".
- 78 A frequência do curso, cujas aulas decorreram na própria sala de redacção do vespertino, foi limitada, por razões de eficácia pedagógica, a 25 alunos, "rigorosamente seleccionados" entre as dezenas de candidatos inscritos. Os critérios de selecção obedeceram às seguintes condições:
- 79 "1. Essenciais: a) Menos de 30 anos; b) 7º anos dos liceus ou equivalente; c) Poder assistir a todas as aulas; d) Comprometer-se a prestar todas as provas, escritas e orais, incluídas no curso, quer no decorrer das aulas quer na fase dos exames finais; e) Encarar como viável a hipótese de ficar a trabalhar na Redacção do 'D.P.'."
- 80 "2. Preferenciais: a) Falar e escrever correctamente uma ou mais línguas estrangeiras; b) Serviço militar cumprido; c) Curso universitário; d) Alguma experiência jornalística (jornais, revistas, rádio ou TV); e) Saber dactilografar com rapidez."
- 81 Os professores eram todos "pessoas que trabalham no 'Diário Popular', quer nos sectores directivo e redactorial, quer nos sectores administrativo, tipográfico, publicitário". Na I Parte do curso participaram, nomeadamente, e à medida em que os seus nomes foram aparecendo no programa (ver Quadro com horário) os jornalistas Abel Pereira (sub-chefe de Redacção), dr. Fernando Teixeira (chefe de Redacção), Urbano Carrasco (chefe da secção de Cidade), Armando Baptista Bastos, Bernardino Coelho (sub-chefe da secção de Cidade), dr. Jacinto Baptista (sub-chefe de Redacção), Botelho da Silva, Paulo Medeiros, dr. Manuel Magro (chefe da secção de Política e Economia), José de Freitas (redactor-principal), Mário Rocha (chefe da secção de Província), dr. Manuel Agrela (chefe da secção de Estrangeiro), Mário Henriques e José de Lemos (ilustrador); os membros da Administração dr. Ranito Balthazar, dr. Guilherme Brás Medeiros e dr. Francisco C.P. Balsemão; Conselheiro Dr. Emídio Pires da Cruz, jurista da empresa; Alberto Jerónimo, chefe da secção de Revisão; e Prof. Dr. Martinho Nobre de Mello, director do jornal.

- 82 As aulas decorreram diariamente, excepto domingos, entre as 20 e as 24 horas. Fora do tempo lectivo realizaram-se exercícios escritos, quer "de secretária" quer "de rua". Logo no dia inaugural foi marcado o primeiro trabalho de casa: um resumo e uma apreciação ao que se passara precisamente nesse primeiro dia do curso.
- 83 Os exames finais ocuparam quatro dias, dois de provas escritas e dois de provas orais, tendo os alunos sido agrupados em três grupos: os "Muito Aptos", os "Aptos" e os "Não Aptos". Dentro de cada grupo foi atribuída uma ordem de mérito – primeiro, segundo, etc. Estava previsto que os três primeiros entre os "Muito Aptos" fossem convidados a integrar a Redacção do jornal, mas acabaram por ser quatro: Botelho Tomé, José Manuel Teixeira, Silas de Oliveira e Fernando Correia (segundo a ordem da classificação). Entre as preocupações dos promotores do curso – entre os quais se deve destacar Francisco Balsemão, autor da ideia e principal dinamizador da iniciativa – é evidente a intenção de rejuvenescer e procurar melhorar a qualidade do quadro redactorial. Do quadro do *Diário Popular* já faziam parte alguns jovens repórteres com nome feito, e posteriormente reforçado no jornalismo e na literatura, como era o caso de Baptista Bastos e Mário Ventura Henriques, assim como outros profissionais menos jovens, como Urbano Carrasco e José de Freitas.
- 84 Era patente a convicção, que ao tempo estava longe de ser pacífica, nomeadamente entre os profissionais mais antigos, de que a vocação não bastava para fazer um bom jornalista, ou que, pelo menos, de que uma boa preparação cultural, resultante de uma escolaridade elevada, poderia ser importante para um início de carreira auspicioso.
- 85 Estas ideias ressaltam claramente das "condições" para a frequência do curso, demonstrando até que ponto, neste período, se sentia a necessidade de dar resposta a novas exigências colocadas perante o jornalismo português. Exigências impostas pelo público e pela concorrência, mas também pela progressiva introdução nas salas de redacção de "novas tecnologias", como a máquina de escrever – de que os jornalistas do *Diário Popular* dispunham desde o início da década mas que noutros importantes diários só anos mais tarde se generalizaria.
- 86 É também interessante verificar o manifesto desejo de alimentar uma identidade própria do *Popular*, no quadro da preocupação das "empresas familiares", então dominantes, em cultivar os chamados "hábitos da casa", visíveis na referência sibilina, nos objectivos do curso, aos "requisitos de ordem vária" exigidos a quem trabalhava no jornal; no facto de todas as aulas, sem excepção, estarem a cargo de quadros da empresa; e na importância e no tempo substancial dedicados à "história", "características" e "objectivos" do *Diário Popular*.
- 87 Num tempo em que a imprensa se desenvolvia, aumentava as tiragens e procurava ocupar um espaço próprio entre a oferta existente, a ambição dos responsáveis, nomeadamente os mais directamente ligados à produção da informação, era ter sob o seu comando jornalistas não vindos de outros jornais, já com "vícios" (era mesmo esta a expressão utilizada) adquiridos noutras formas de trabalhar, mas sim jovens feitos e afeitos aos "hábitos da casa".

6. Projecto de Ensino de Jornalismo em Portugal / 1970

- 88 Depois do "calo" adquirido com as experiências de 1941 (falhada) e 1968 (concretizada), o Sindicato Nacional dos Jornalistas chegou a 1970 com a determinação suficiente para apresentar um "Projecto de Ensino de Jornalismo em Portugal", aprovado pela assembleia geral em 10 de Dezembro desse ano.
- 89 Esse documento,⁴³ de 19 páginas, resultou do trabalho de uma comissão nomeada em 6 de Maio de 1970, composta pelos jornalistas Manuel da Silva Costa (presidente do SNJ), Jacinto Baptista, João Gomes e Cáceres Monteiro (secretário), José Lechner, Oliveira Figueiredo, e Carlos Ponte Leça. Os três últimos foram convidados na qualidade de "conselheiros técnicos" porque eram os únicos formados no estrangeiro, respectivamente na Escola de Jornalismo de Lille, na Escola de Jornalismo da Igreja, de Madrid e na Escola de Jornalismo da Universidade de Navarra, além de António dos Reis, diplomado pela Escola de Jornalismo da Universidade Internacional Pro Deo, em Roma.
- 90 O que diferencia este projecto dos anteriores é, por um lado, a sua maturidade e, por outro, a preocupação de o filiar nas experiências de ensino do jornalismo que se praticavam no estrangeiro. A primeira fase dos trabalhos desta comissão consistiu em reunir ampla informação sobre os cursos de jornalismo existentes lá fora para depois traçar uma visão geral do que se passava no mundo.
- 91 O relatório produzido apontava o dolorosamente óbvio: Portugal era dos raros países do mundo onde não existia uma escola de comunicação social. "O jornalismo é actualmente em Portugal a única actividade profissional de carácter intelectual para cujo exercício não se exige uma formação específica sancionada em termos legais. A necessidade de dotar o jornalismo das mesmas garantias exigidas às demais profissões intelectuais é tanto mais premente quanto é certo incumbir em grande parte aos jornalistas a formação da opinião pública".⁴⁴
- 92 Quanto ao modo e ao conteúdos do ensino a ministrar, a comissão assinalou a "tendência quase universal para integrar os cursos de jornalismo na universidade"⁴⁵ e propunha a designação mais geral de Ciências da Informação.
- 93 A visão do jornalista aqui apontada afasta-se milhas da sua representação enquanto técnico de redacção, propondo-se que seja antes "um professor e um intérprete".⁴⁶ A comissão definiu as "vastas e exigentes" exigências de formação do jornalista: "Requer preparação que permita o entendimento de uma ampla problemática suscitada pela informação escrita e audiovisual – o que determina um nível de abstracção e uma compreensão dos fenómenos humanos que só podem ser alcançados no ambiente pautado pela exigência científica e pela formação do espírito crítico próprio da Universidade. O jornalismo supõe conhecimento profundo das ciências e técnicas de informação, o que implica, naturalmente, uma aprendizagem em ordem ao exercício da profissão".⁴⁷
- 94 Segundo este projecto, o jornalista devia basear a sua cultura nas "matérias humanísticas" porque só assim seria capaz de entender "o conjunto da problemática contemporânea".

- 95 A proposta da SNJ foi a criação de um Instituto Superior de Ciências da Informação (ISCI), que concedesse três graus académicos: Bacharel (três anos); Licenciado (cinco anos) e Doutor (regime idêntico ao estabelecido no Decreto-Lei nº 388/70).
- 96 O acesso seria idêntico ao de qualquer outro curso universitário. Para os profissionais de jornalismo com mais de 25 anos, exigia-se o exercício da profissão há mais de cinco anos.
- 97 O plano de estudos apontava para três primeiros anos de carácter mais geral, incluindo matérias como Sociologia, Economia, História Contemporânea, Linguística e Ciência Política e os dois últimos anos mais especializados, contemplando disciplinas como Sociologia da Informação, Jornalismo Comparado, Metodologia da Pesquisa Social.
- 98 Entre as disciplinas de especialização, os estudantes poderiam optar por cadeiras relativas ao noticiário internacional (por exemplo, política económica internacional, movimentos sociais ou relações diplomáticas), nacional (por exemplo, direito constitucional, direito criminal ou política ultramarina), assuntos económicos e sociais (por exemplo, correntes económico-sociais, educação e ensino ou estatística) ou actividades lúdicas (por exemplo, artes, espectáculos ou desportos); e frequentar seminários de especialização em ciências da informação (entre outros, história do jornalismo, análise de conteúdo, economia dos meios colectivos de informação), técnicas de informação (incluindo técnicas de recolha, de tratamento, de difusão ou de documentação), meios de informação (aqui se contemplavam jornalismo, radiojornalismo, telejornalismo e cinejornalismo) ou relações com sectores afins (por exemplo, publicidade, relações públicas e artes gráficas".⁴⁸
- 99 Para o financiamento do referido instituto, o SNJ propunha uma solução tripartida: O Estado, entidades privadas idóneas (a título, por exemplo, de subsidiar a investigação, que será uma das finalidades principais do Instituto), empresas de informação e o próprio sindicato, "a título simbólico".⁴⁹
- 100 A proposta debruçava-se ainda sobre o recrutamento do pessoal docente necessário, a existência de manuais didácticos adequados e as necessidades de equipamento técnico. Neste ponto, vale a pena destacar o que então se considerava fundamental para o arranque do ISCI: "biblioteca; arquivos gerais e de informação; hemeroteca; jornal-laboratório (com tipografia e oficina de fotogravura), estúdio-laboratório de fotografia; estúdio-laboratório de televisão e cinema (com circuito fechado de TV, projector, pantalha, moviola, truca cinematográfica, etc); estúdio-laboratório de rádio, além de material auxiliar como fotocopiador, duplicador, telescritores, receptores de rádio e TV".⁵⁰
- 101 Terá sido o excesso de ambição que fez perder este projecto? Porque, mais uma vez, apesar da conclusão do documento – "Nada parece obstar à introdução do ensino do jornalismo em Portugal. Pelo contrário: tal ensino é necessário, é possível e é condição imprescindível para que o povo português disponha da informação a que tem direito e que o progresso do país não pode dispensar"⁵¹ – não se concretizou.
- 102 A intenção do SNJ encontrou oposição em praticamente todo o lado. Entre os jornalistas, muitos não se reconheciam na visão do jornalismo como profissão intelectual. Num dossier dedicado ao tema, publicado na revista *CF*, escreveu-se: "Não será isto denunciador da ideologia desta proposta e dos fins que objectivamente serve – a constituição de uma espécie de feudo ou mandarinato da informação a que só os "doutores", os "bacharéis" ou os "licenciados" terão direito de acesso? Nós, os

jornalistas "especializados" que sabemos, somos os professores da opinião pública, temos o segredo da informação – os outros só têm de ouvir caladinhos as nossas verdades universitárias".⁵²

- 103 O governo, liderado por Marcelo Caetano, perdia-se já naquelas tibiezas, hesitações e recuos que caracterizam o Marcelismo e não estava objectivamente interessado em viabilizar a ideia nem a dar-lhe celeridade. Chegou a criar-se, em Janeiro de 1973 (três anos depois!) um "grupo de trabalho para o estudo e emissão de propostas sobre a criação, a nível oficial, de um Instituto Superior de Ciências da Informação, o qual será constituído por representantes do Ministério da Educação Nacional e de vários organismos que têm demonstrado interesse pelo assunto ou directamente ligados à actividade informativa".⁵³
- 104 Esta diligência foi alvo de cobertura jornalística por parte dos jornais da época. *O Século*, por exemplo, informou que, "para dar cumprimento ao preceito da Lei de Imprensa, que obriga o Estado a criar um ISCI, acaba de ser constituído, por despacho do ministro da Educação, o grupo de trabalho para estudar a sua criação. Sendo o referido instituto uma etapa decisiva no reconhecimento da importância de uma profissão que nem sempre goza das prerrogativas a que tem direito, *O Século* regozija-se de poder dar, em primeira mão,⁵⁴ a notícia da criação de um grupo que irá, concretizar, esperemos que muito brevemente, uma justa e antiga aspiração dos profissionais da informação".⁵⁵
- 105 A partir da apresentação do projecto, em 1970, o SNJ desencadeia um
- 106 a verdadeira "ofensiva diplomática" para o levar por diante. O ministro da Educação Nacional, Veiga Simão, recebeu pelo menos dois ofícios daquele sindicato, em 3 de Dezembro de 1971 e em 26 de Outubro de 1972, recordando que "a Base XII da Lei de Imprensa comete ao governo o encargo de organizar o ensino do jornalismo".⁵⁶
- 107 Na missiva de 26 de Outubro, o Sindicato procurou mesmo pressionar Veiga Simão: "Não tendo entrado ainda em funções o grupo de trabalho cuja formação foi superiormente prevista por Vossa Excelência, a direcção do sindicato apenas tem conhecimento, obtido pelo primeiro dos signatários em conversa pessoal com Sua Excelência o senhor Presidente do Conselho, de que está nas mãos de Vossa Excelência a promoção do ensino do Jornalismo – cometida ao Governo na Base XII da Lei de Imprensa".⁵⁷
- 108 Muito inflamado é também o discurso de Silva Costa, no acto da entrega do projecto ao ministro da Educação Nacional (4 de Novembro de 1971 às 11 e 30 h): "Terá chegado a vez de Portugal possuir ensino do jornalismo a nível universitário? Correu mundo a falsa ideia de que o jornalista nasce, não se faz. Os jornalistas portugueses, pelo contrário, negam-se a confiar a métodos empíricos a formação dos futuros profissionais".⁵⁸
- 109 Estas e outras corajosas palavras que citámos ao longo deste capítulo demonstram como os jornalistas portugueses tinham já ganho uma batalha decisiva: não tinham medo. Mas faltava, porventura, o mais importante, descrito numa nota do *Diário de Lisboa* intitulada A dignidade de uma profissão: "Pede-se ao jornalista que seja um homem íntegro ao serviço do bem comum. Para ele corresponder ao que se lhe exige, haverá que facultar-lhe meios que presentemente não dispõe em toda a desejada amplitude: o acesso às fontes de informação, a liberdade de expressão inerente a qualquer tentativa de consciencialização da opinião pública, o ambiente propício à

institucionalização do diálogo e também uma situação material que lhe permita dedicar-se inteiramente e com dignidade à sua profissão".⁵⁹

7. A primeira escola de jornalismo em Portugal

- 110 Embora o SNP tenha sido pioneiro a estruturar um projecto para a criação de um curso universitário de Jornalismo, a concretização coube ao Instituto de Línguas e Administração (ISLA), a primeira instituição portuguesa de ensino superior particular, fundada em 1962.
- 111 Em 17 de Agosto de 1970, o ISLA solicitou ao Ministério da Educação Nacional aprovação para abertura da "Escola Superior de Meios de Comunicação Social" (ESMC), que ministraria quatro cursos de três anos – Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade, Rádio e Televisão.
- 112 Ao contrário da iniciativa do SNP, que só encontrou resistências e protelamentos políticos, a ESMC foi acolhida tão favoravelmente que começou a funcionar logo no ano lectivo de 1971/72, antes mesmo de obtida a autorização oficial pela Junta Nacional de Investigação, cujo parecer favorável só foi homologado em Março de 1971.
- 113 Era, de resto, uma iniciativa sólida e com tudo para "ganhar". Tinha sustentação jurídica (a própria Base XII da Lei de Imprensa recentemente aprovada reconhecia a necessidade do ensino do jornalismo e previa que o governo promovesse a sua organização) e económica, através do patrocínio do Banco Borges & Irmão, um dos maiores grupos capitalistas portugueses, dirigido por Miguel Quina, já ligado ao negócio da comunicação, pois detinha as duas empresas editoras do *Diário Popular* e do *Jornal do Comércio*, além da agência de publicidade *Latina*.
- 114 José Lechner, um dos consultores do SNJ para a elaboração do projecto de ensino universitário do jornalismo e antigo docente na ESMCS, diz que "todas as peças do puzzle estavam completas". Para director da escola, foi escolhido o director do *Diário Popular*, embaixador Martinho Nobre de Melo, uma figura que expressa bem o conjunto de forças poderosas que sustentavam esta iniciativa privada: dava garantias que era inofensiva politicamente e robusta financeiramente. Também foi hábil do ponto de vista diplomático pois procurou captar o apoio dos SNJ, apesar de lhe ter tomado a dianteira.
- 115 Fernando Cascais relata que, em 25 de Novembro de 1971, o director da ESMCS convidou o presidente do SNJ, Manuel da Silva Costa, para integrar o seu conselho orientador, sublinhando o benefício da "inestimável ligação entre as actividades docentes e as exigências da prática. O convite foi aceite. A direcção do SNJ considerou do maior interesse a criação de um estabelecimento de ensino superior particular de Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade, sem prejuízo do projecto de um Instituto Superior de Ciências da Informação, aprovado em assembleia geral deste organismo em 10 de Dezembro de 1970".⁶⁰
- 116 Aparentemente, a direcção do SNJ acreditou que o seu projecto de criação de um ensino superior público na área da Informação não ficava comprometido pela abertura de uma escola privada com objectivos transdisciplinares.
- 117 A ESMCS porém, nunca foi um projecto bem sucedido, talvez porque não teve tempo para se afirmar. A banca foi nacionalizada na sequência do 25 de Abril de 1974, e a escola agonizou durante alguns anos até ser extinta na década de 80.

BIBLIOGRAFIA

- Balsemão, Francisco Pinto, *Informar ou depender?*, Lisboa, Ática, 1971.
- Baptista, Jacinto, "Peregrinação a lugares remotos da memória (própria e alheia) acompanhada de um relance sobre a actualidade jornalística", prefácio a *Quem é Quem no Jornalismo Português*, Lisboa, Clube de Jornalistas, 1992, pp. 11-38.
- Caetano, Marcello, *Pelo futuro de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1969.
- Carvalho, Alberto Arons de, *A Censura e as leis de imprensa*, Lisboa, Seara Nova, 1973.
- Carvalho, Alberto Arons e Cardoso, António Monteiro, *Da liberdade de imprensa*, Lisboa, Meridiano, 1971.
- Correia, Fernando, "Contributo para o estudo do ensino do jornalismo em Portugal". *O Professor*, nº 44, III série, 1995, Maio/Junho pp. 53-61.
- Costa, Silva, "Para quando um curso superior de jornalismo?", *Jornalismo*, Dezembro de 1983, pp. 32-34.
- Costa, Silva, "Uma cultura da profissão", *Jornalismo*, Janeiro de 1992, pp. 10-11.
- Delporte, Christian, *Les Journalistes en France 1880-1950. Naissance et Construction d'une profession*, Paris, Seuil, 1990.
- Ferreira, Rafael, *Nos Bastidores do Jornalismo*, Lisboa, Edições Romano Torres, 1945.
- Forte, Isabel, *A Censura de Salazar no Jornal de Notícias*, Coimbra, Minerva Coimbra, 2000.
- Gonçalves, Júlio, *Leis da Informação – Portugal 1627-1965*, Braga, Pax, 1965.
- Lechner, José, "O ensino do jornalismo nos Países da Comunidade Económica Europeia: breve estudo tipológico e crítico", *Análise Social*, 1969, nº 25-26 vol. VII, Lisboa, pp. 118-157.
- Lourenço, Jorge Fazenda e Lopes, José Manuel, "O ensino do jornalismo em Portugal". *Educação e Trabalho*, nº 21-22, Janeiro/Junho, 1982, pp. 6-16.
- Mesquita, Mário e Ponte, Cristina, *Situação do Ensino e da Formação Profissional na área do Jornalismo*, Lisboa, estudo elaborado para a Representação da Comissão Europeia em Portugal (edição restrita), 1996.
- Rosas, Fernando (Coordenação), "O Estado Novo". Matoso, José (Direcção) *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa, Estampa, 1998.
- Ruellan, Denis, *Les «pro» du journalisme – De l'état au statut, la construction d'un espace professionnel*, Presses Universitaires de Rennes, 1997.
- Valente, José Carlos, *Elementos para a História do Sindicalismo dos Jornalistas Portugueses, I Parte (1834-1934)*, Lisboa, Sindicato dos Jornalistas, 1998.
- Vargues, Isabel Nobre, "A afirmação da profissão de jornalista em Portugal: um poder entre poderes?". *Revista de História das Ideias*, vol. 24, 2003, Coimbra.

NOTAS

1. *Jornalismo*, número 8/Novembro 1968.

2. Carta a José Azeredo Perdigão, 17 Fevereiro de 1969, Arquivo do Sindicato Nacional dos Jornalistas (SNJ).
3. Carta de Nuno Rocha, secretário de redacção da separata *Jornalismo*, aos directores dos jornais diários de Lisboa, 23 de Outubro de 1968.
4. Velma de Carvalho, directora da revista *Casa e Decoração*, colaborava em vários jornais e foi a única mulher jornalista sindicalizada inscrita no curso.
5. *Jornalismo*, número 7/Outubro 1968.
6. *Idem, ibidem*, p. 10.
7. *Idem, ibidem*, p. 10.
8. Ofício do SNJ, sem data.
9. Circular do SNJ, Julho/1969.
10. *Idem*.
11. *Diário Popular*, 6 de Março de 1969.
12. A carta do ministro Gonçalves Proença foi enviada no dia 27 de Agosto de 1968: "Tenho a honra de informar V. Excelência de que por despacho de sua Excelência o ministro das Corporações e Previdência Social de 9 do corrente mês, foi autorizada a concessão de um subsídio de 100 000 \$00 da conta do orçamento deste Fundo [de Desenvolvimento da Mão de Obra] do Ministério das Corporações e Previdência Social – Direcção Geral do Trabalho e Corporações – para a realização de um curso que esse organismo pretende levar a efeito especialmente destinado ao aperfeiçoamento e formação profissional dos seus sócios. Nos termos do mesmo despacho, a entrega daquele subsídio fica condicionada à aprovação do elenco de colaboradores que, no referido curso, tomarão parte", Arquivo do SNJ.
13. Estimativa de Orçamento apresentada pelo SNJ, Julho de 1968, Arquivo do SNJ. Incluía o pagamento a 13 professores (36 600\$00), aquisição de bibliografia (10 000 \$00); vencimento de um secretário geral (48 000\$00) e de dois funcionários encarregues da dactilografia e tiragem de stencils (36 000\$00), despesas de tipografia (50 000\$00) e diversos (convites a professores extraordinários, material de correio e expedição no valor de 20 000\$00).
14. José Manuel Pereira da Costa justificava-se assim a José Azeredo Perdigão, em carta datada de 11 de Março de 1968, Arquivo do SNJ: "Tão grande interesse despertou o curso, nomeadamente entre os estudantes universitários e os profissionais de Imprensa – registando-se cerca de 200 inscrições em Lisboa – que foi necessário abrir nova modalidade, por correspondência, para atender duas centenas de inscritos, no Porto, em Angola, Moçambique e noutros pontos do país. O facto obrigou o sindicato a ampliar os planos primitivos, quer através de lições extraordinárias a cargo de professores e jornalistas nacionais e estrangeiros expressamente convidados, quer através da publicação dos textos das lições normais, entregues a professores universitários e liceais que houve necessidade de remunerar".
15. *Idem*.
16. *Idem*.
17. Carta de Gonçalves Pereira à direcção do SNJ, 12 de Março de 1968, Arquivo do Sindicato.
18. Discurso de Gonçalves Pereira, ministro das Corporações e da Previdência Social, na sessão inaugural do I Curso de Jornalismo, 25 de Novembro, 1968, Sede do Sindicato Nacional dos Caixeiros, Lisboa, Arquivo do SNJ.
19. Discurso de Pereira da Costa, presidente do SNJ, na sessão inaugural do I Curso de Jornalismo, 25 de Novembro, 1968, Sede do Sindicato Nacional dos Caixeiros, Lisboa, Arquivo do SNJ.
20. *Vida Mundial*, 30 de Maio de 1969.
21. *Jornalismo*, número 8, Novembro/1968.
22. Ofício de Luís Teixeira, presidente da comissão administrativa do SNJ, ao subsecretário de Estado da Informação, datado de 8 de Fevereiro de 1941, Arquivo do SNJ.
23. Projecto de criação do Curso de Formação Jornalística, policopiado, 8 de Fevereiro de 1941, Arquivo do SNJ. A título de curiosidade, refira-se que o SNJ estimou em 15 000\$00 as receitas

previstas (resultantes de selos nos certificados de aproveitamento) e em 19 810\$00 as despesas previstas, resultantes do pagamento aos regentes das cadeiras e a remuneração do delegado do ministério da Educação Nacional (Instituto para a Alta Cultura) encarregado de dirigir o curso).

24. *Idem*.

25. *Idem*.

26. Descritivo da Cadeira A – "A Formação Profissional dos Jornalistas", projecto de criação do Curso de Formação Jornalística, 8 de Fevereiro de 1941, Arquivo do SNJ.

27. *Curso de Jornalismo*, Junta de Investigação do Ultramar, Estudos de Ciências Políticas e Sociais, nº 60, Lisboa, 1963.

28. Depois de elogiar a iniciativa, diz um dos oradores convidados, Trabucho Alexandre: "Só um reparo, e faço-o com a maior sinceridade: considero demasiado ambiciosa a classificação de *curso de jornalismo*, e isto porque, efectivamente, não é. Chamemos-lhe *ciclo de conferências sobre jornalismo*, e talvez, sem diminuirmos o seu mérito, tenhamos encontrado a designação justa".

29. *Ibidem*, p. 43.

30. *Ibidem*, p. 39.

31. *Ibidem*, pp. 44 e 45.

32. *Ibidem*, p. 80.

33. *Ibidem*, p. 81.

34. *Ibidem*, pp. 81 e 82.

35. *Ibidem*, p. 82.

36. *Ibidem*, p. 82.

37. *Ibidem*, p. 82.

38. *Ibidem*, p. 83.

39. *Ibidem*, p. 85.

40. *Ibidem*, p. 85.

41. *Ibidem*, p. 86.

42. *Ibidem*, p. 87.

43. Separata do nº 4 – II Série do boletim *Jornalismo*, 20 Novembro 1970.

44. *Idem*, p. 5.

45. *Idem*, p. 9.

46. *Idem*, p. 9.

47. *Idem*, p. 9.

48. O plano de estudos é detalhado nas páginas 10/11 do projecto.

49. *Idem*, p. 13.

50. *Idem*, p. 14.

51. *Idem*.

52. Reis, Miguel, "Jornalismo, uma iniciativa vital?", *CF*, Fevereiro, 1973.

53. Carta de Manuel da Silva Costa, presidente do SNJ, ao presidente do Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa, congratulando-se pela criação do referido grupo de trabalho, na dependência directa daquele responsável, e nomeando Jacinto Baptista como representante do sindicato, 18 Janeiro, 1973.

54. Este "em primeira mão" não corresponde à verdade. Pelo menos o "Diário de Lisboa" deu igualmente esta notícia, no dia 5 de Março de 1973.

55. A notícia de *O Século* especifica a constituição exacta do grupo de trabalho: "A este grupo, que funciona sob a dependência do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação (GEP), preside o prof. Fraústo da Silva, director do GEP. Faltando apenas designar o representante do Grémio Nacional das Actividades Publicitárias, a comissão ficará assim constituída: dr. Ramiro Valadão, representante da Secretaria de Estado da Informação; Manuel Maria da Silva Costa, pela Corporação da Imprensa e Artes Gráficas; eng. Adriano Mário da Cunha Lucas, pelo Grémio Nacional da Imprensa Diária; Gentil Marques, pelo Grémio Nacional da Imprensa Não-Diária, Dra.

Maria Isabel Beja Saraiva, pela Direcção Geral do Ensino Superior; dr. Jacinto Baptista, pelo Sindicato Nacional dos Jornalistas Portugueses, *O Século*, 5 Março de 1973.

56. Exposição do Sindicato dos Jornalistas ao ministro da Educação Nacional sobre o Projecto do Ensino do ensino das Ciências da Informação, 3 de Dezembro de 1971, Arquivo do SNJ.

57. Carta do SNJ a Veiga Simão, de 26 de Outubro 1972, assinada por Manuel da Silva Costa (presidente), Maria Manuel Alves (secretária) e Torquato da Luz (tesoureiro), arquivo do SNJ.

58. Discurso de Silva Costa a Veiga Simão na entrega do projecto de ensino do Jornalismo, 4 de Novembro de 1971, Arquivo do SNJ.

59. *Diário de Lisboa*, 23 de Novembro de 1968.

60. *Idem, Ibidem*.

RESUMOS

O ensino do jornalismo em Portugal é uma aspiração que remonta aos anos 40, embora só em 1979 tenha aberto, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, a primeira licenciatura em Comunicação Social. Pelo meio, existiram várias iniciativas de que damos conta neste artigo: uma série de palestras sobre temas ligados à comunicação que decorreram no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos em 1962; um curso de formação profissional organizado pelo Diário Popular em 1966; o I Curso de Jornalismo, promovido pelo Sindicato Nacional dos Jornalistas em 1968; a Escola Superior de Meios de Comunicação Social onde, em 1971, se iniciou um curso de Jornalismo de três anos.

In Portugal, the Journalism teaching is an aspiration that comes from the Forties, although the first degree in Social Communication only started in 1979, at the Faculty of Human and Social Sciences from New University of Lisbon. In between, several initiatives took place, that constitutes the centre of this article: several conferences about Communication issues in 1962 at the Superior Institute of Ultramarine Studies; a professional course organized by the newspaper Diário Popular in 1966; the First Journalism Course patronized by the National Union of Journalists in 1968; the Superior School of Social Communication where, in 1971, started a three year Journalism course.

ÍNDICE

Keywords: journalism teaching, journalism history, journalists professional formation

Palavras-chave: ensino do jornalismo, história do jornalismo, formação profissional de jornalistas

AUTORES

FERNANDO CORREIA

Univ. Lusófona.

Mestre em Ciências da Comunicação pelo ISCTE, licenciado em Filosofia pela Faculdade de Letras de Lisboa. Professor Associado Convidado na Universidade Lusófona de Humanidades e

Tecnologias e no ISCTE nas áreas de Comunicação e Jornalismo. *Estuda Jornalismo, Media, História e Identidade Profissional dos Jornalistas*.

Publicou *Os Jornalistas e as Notícias. A Autonomia jornalística em Questão*, Lisboa: Ed. Caminho, (1ª ed. 1997), 2003; *Jornalismo e Sociedade*, Lisboa: Ed. Avante, (4ª edição) 2000; *Jornalismo, Grupos Económicos e Democracia*, Ed. Caminho, 2006.

CARLA BAPTISTA

FCSH UNL

Doutoranda em Ciências da Comunicação na FCSH-UNL, mestre em Estudos Africanos pelo ISCTE, licenciada em Ciências da Comunicação pela FCSH-UNL. Assistente no Departamento de Ciências da Comunicação e da Linguagem da FCSH, UNL. Ocupa-se de Sociologia do Jornalismo, História do Jornalismo, Ética e Deontologia do Jornalismo. Publicou *Portugal no olhar de Angola*, Coimbra, Minerva Coimbra, 2002.